

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
CAMPUS PATO BRANCO  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

CAMILA FERREIRA DE SANTANA

**A GESTÃO E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF EM TRÊS  
PROPRIEDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE  
MARIÓPOLIS-PR**

PATO BRANCO

2021

CAMILA FERREIRA DE SANTANA

**A GESTÃO E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF EM TRÊS  
PROPRIEDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE  
MARIÓPOLIS-PR**

**THE MANAGEMENT AND APPLICATION OF PRONAF RESOURCES IN  
THREE FAMILY FARMS IN THE MUNICIPALITY OF MARIÓPOLIS - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Elizângela Mara Carvalheiro

Coorientação: Msc. Denise Rauber

PATO BRANCO

2021



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

CAMILA FERREIRA DE SANTANA

**A GESTÃO E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF EM TRÊS  
PROPRIEDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE  
MARIÓPOLIS-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em  
Administração apresentado como requisito para obtenção  
do título de Bacharel em Administração da Universidade  
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Data de aprovação: 26 de fevereiro de 2021.

---

Elizângela Mara Carvalheiro

Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/Campus Pato Branco

---

Denise Rauber

Mestrado em Integração Latino - Americana pela Universidade Federal de Santa Maria  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/Campus Pato Branco

---

Marcia Danieli Szeremeta Spak

Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/Campus Pato Branco

---

Josiane Carine Wedig

Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/Campus Pato Branco

PATO BRANCO

2021

## **AGRADECIMENTO**

Gostaria primeiramente, agradecer a Deus por me dar forças e me permitir chegar até aqui.

Agradeço também a toda minha família, minha avó paterna que sempre me incentivou a estudar e lutar pelos meus sonhos, aos meus amigos de longa data meus pais e irmãos por sempre me apoiarem. Em especial minha mãe, por todos os ensinamentos por ser minha inspiração a nunca desistir por mais que a caminhada seja difícil.

Durante esses anos de UTFPR, conheci muitas pessoas e com certeza cada uma tem um lugar guardado em meu coração, amizades que com toda certeza vão ser pra vida. Agradeço pelas amizades mais especiais que construí durante meus 4 anos no curso Eloize, John e Sandra, sou imensamente grata por tudo, todos os trabalhos, risadas, conversas e ensinamentos que tive com vocês.

Agradeço as professoras orientadoras Elizângela e Denise, por toda ajuda e contribuição realizada nesse trabalho. Às professoras Josiane e Marcia que aceitaram participar da banca.

Por fim agradeço aos demais professores que tive durante esses 4 anos por todo o conhecimento partilhado.

## RESUMO

O presente estudo traz como tema principal a agricultura familiar e a gestão e aplicação dos recursos do PRONAF em três propriedades da agricultura familiar no município de Mariópolis-PR. Ano após ano a agricultura familiar movimentou bilhões de reais, e isso só é possível devido ao grande número de pequenos e médios produtores que integram a agricultura familiar fazendo dela um setor de ampliação fundamental para a economia brasileira. No decorrer dos anos, políticas públicas foram criadas e remodeladas com o intuito de aumentar o crescimento do segmento agrícola. Após anos de luta, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujo o principal intuito é de promover desenvolvimento a pequenos empreendimentos rurais, bem como proporcionar melhorias na qualidade de vida desses agricultores, sendo assim a presente pesquisa traz como objetivo geral analisar a gestão e a aplicação dos recursos do PRONAF em três propriedades da agricultura familiar no município de Mariópolis-PR. De forma a atender ao objetivo proposto, utilizou-se de uma pesquisa de múltiplos casos através de uma abordagem qualitativa e descritiva, o qual o instrumento de coleta de dados se deu através de uma entrevista composta por 42 perguntas. O local de estudo foram as propriedades da agricultura familiar no município de Mariópolis-PR. A partir dos dados coletados, pôde-se concluir que os agricultores familiares que utilizam do crédito do PRONAF, não fazem uso de ferramentas de gestão e nem planejam como aplicar os recursos adquiridos. Pôde-se perceber que os agricultores familiares identificam os benefícios em suas propriedades e em suas atividades produtivas após a contratação do PRONAF.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Gestão. PRONAF.

## **ABSTRACT**

This study has as its main theme family farming and the management and application of PRONAF resources in three properties of family farming in the municipality of Mariópolis - PR. Year after year, family farming moves billions of reais, and this is only possible due to the large number of small and medium producers that integrate family farming making it a fundamental expansion sector for the Brazilian economy. Over the years, public policies were created and remodeled in order to increase the growth of the agricultural segment. After years of struggle, in 1996 the National Program for Strengthening of Family Farming (PRONAF) was created, the main purpose of which is to promote development in small rural enterprises, as well as providing improvements in the quality of life of these farmers, therefore, the present research has as its general objective to analyze the management and application of PRONAF resources in three family farms in the municipality of Mariópolis - PR.. In order to meet the proposed objective, a multiple case study was used through a qualitative and descriptive approach, which the data collection instrument took place through an interview composed of 42 questions. The place of study was the family farming properties in the municipality of Mariópolis - PR. From the data collected, it was concluded that family farmers who use the PRONAF credit, do not use management tools and do not even plan how to apply the acquired resources. It could be seen that family farmers identify the benefits in their properties and in their productive activities after hiring PRONAF.

**Palavras-chave:** Family farming. Management. PRONAF.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Linhas de crédito do PRONAF .....	17
Tabela 2 - Características da aplicação do PRONAF para os anos 2014 a 2017 .....	18
Quadro 2 - Grupos e Linhas de Crédito PRONAF - Quadro Resumo (Plano Safra 2019/2020) .....	20
Gráfico 1 - Tamanho da propriedade .....	32
Quadro 3 - Atividade Produtiva e Área destinada à produção.....	32
Quadro 4 - Participação dos membros da família na produção das atividades.....	33
Quadro 5 - Implementos agrícolas .....	34
Gráfico 2- Faixa etária .....	35
Quadro 6 - Busca de informações.....	36
Quadro 7 - Registro de informações .....	37
Quadro 8 - Controle.....	38
Quadro 9 - Melhorias.....	40
Quadro 10 - Aspectos de mudança .....	43

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BB – Banco do Brasil

BNB – Banco do Nordeste

BNDS – Banco Nacional do Desenvolvimento

CAMISC – Cooperativa Agrícola Mista São Cristovão

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

EMATER – Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FETRAF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FRUTIMAR- Associação de Fruticultores de Mariópolis-PR

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNMPO – Política Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PROCERA – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar

PROVAPE– Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	9
1.2 OBJETIVOS .....	11
1.2.1 Objetivo geral .....	11
1.2.2 Objetivos específicos .....	11
<b>2. REVISÃO TEÓRICA.....</b>	<b>12</b>
2.1 CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	12
2.2 CONCESSÃO DE CRÉDITO: PRONAF .....	15
2.3 ADMINISTRAÇÃO RURAL .....	21
2.4 GESTÃO NA PROPRIEDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR .....	23
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
3.1 DELINEAMENTO: DEFINIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA E ABORDAGEM .....	27
3.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE CASOS .....	28
3.2 PROCEDIMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS .....	29
<b>4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>31</b>
4.1 CARACTERÍSTICAS DAS TRÊS PROPRIEDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS-PR.....	31
4.2 PROCESSOS DE GESTÃO DE TRÊS PROPRIEDADES .....	34
4.3 UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF NAS PROPRIEDADES .....	39
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>
<b>7. APÊNDICE .....</b>	<b>50</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioeconômico no contexto da agricultura familiar, pode ser entendido como sendo a combinação de dois fatores, caracterizados pela vida econômica e social do agricultor familiar, que contribuem para uma melhor renda familiar, qualidade de vida adequada e o bem-estar desses agricultores familiares (DALCHIAVON e MELLO, 2015).

As características e dinâmicas da agricultura familiar está no tamanho das propriedades (não podendo exceder 4 módulos fiscais), ter como principal fonte de renda as atividades desenvolvidas na propriedade e o processo de gestão ser realizado pela família, conforme estabelece o Decreto Federal nº9.064, de 31 de maio de 2017 (BRASIL, 2017).

No Censo Agropecuário de 2017, observou-se que dos estabelecimentos agropecuários do país 76,8% (3,9 milhões de estabelecimentos) são da agricultura familiar. Entretanto, a área ocupada pela agricultura familiar era de apenas 80,89 milhões de hectares, o que corresponde a 23% da área total ocupada por estabelecimentos rurais (IBGE/CENSOAGRO, 2017). Isso revela uma concentração fundiária e uma distribuição desigual de terras no Brasil.

No decorrer dos últimos 20 anos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), contribuiu em muito para a transformação da realidade de mais de 2,6 milhões de unidades familiares de produção, e proporcionou mais renda e potencialidade no uso da mão de obra familiar. Além do mais, o crédito foi utilizado para o aumento da área plantada e a utilização de tecnologias que asseguraram uma expansão da produção e da produtividade de mais de 55 alimentos que são consumidos pelos brasileiros (BRASIL, 2017). Mas para que este crédito seja utilizado de maneira correta é preciso que o agricultor familiar tenha uma boa gestão em sua propriedade e também que defina com segurança as estratégias a serem desempenhadas.

No município de Mariópolis situado no Estado do Paraná, no ano de 2017 estavam registrados 401 estabelecimentos da agricultura familiar. É um município com uma população 6.632 habitantes, sendo o urbano 5.499 e o rural 1.133. Parte dessa população rural trabalha diretamente com a agricultura familiar (IBGE/CENSOAGRO, 2017).

Diante deste contexto emerge a seguinte pergunta de pesquisa: Como é a gestão das propriedades e a aplicação dos recursos do PRONAF em propriedades da agricultura familiar no município de Mariópolis-PR?

Para responder à pergunta de pesquisa será feito uma pesquisa descritiva de cunho qualitativo, com três propriedades de agricultores familiares que fazem parte do quadro de agricultores associados da Cooperativa Agrícola Mista São Cristovão (CAMISC) localizada no município de Mariópolis-PR, e que já utilizaram do crédito do PRONAF.

## 1.1 Justificativa

Ano a ano a agricultura familiar movimenta bilhões de reais, isso devido ao grande número de pequenos e médios produtores que integram a agricultura familiar fazendo dela um setor de ampliação fundamental para a economia brasileira. Além da mais, ela é responsável por 70% dos alimentos que estão nas mesas dos brasileiros e emprega 77% das pessoas envolvidas com o setor agrícola (FAO, 2018). Assim, agricultura familiar possui uma diversificação produtiva na economia, e sua ação está associada ao fornecimento de produtos para o mercado interno, e por consequência pode minimizar o efeito da inflação sobre os alimentos consumidos pelos brasileiros.

Um importante aliado da atividade produtiva da agricultura familiar são as cooperativas que tem importante papel na vida dos agricultores e trabalha como um suporte aos seus associados e pode propiciar possibilidades de produtos e serviços com condições especiais, dentre os quais cita-se: recebimento, armazenamento e comercialização de grãos, pesquisa e produção de sementes, loja de peças para linha agrícola, produtos veterinários, assistência técnica, e insumos agrícolas.

Rippel *et al.* (2018, p. 27) argumenta que:

“o movimento do cooperativismo da agricultura familiar e da economia solidária no Sudoeste do Paraná está relacionado diretamente à forma de ocupação histórica e geográfica regional, da forma de apropriação da terra, da estrutura fundiária e acima de tudo da experiência histórica de resistência às adversidades encontradas pela população local”.

Na cidade de Mariópolis tem-se por exemplo a Cooperativa CAMISC, em que o quadro de associados 60% são pertencentes a agricultura familiar. Entre as várias ações da cooperativa: pode-se destacar o Programa Nacional de Produção e Uso de

Biodiesel (PNPB), que visa além de estimular à produção do biocombustível, a participação da agricultura familiar na sua cadeia de produção, conta com outros benefícios como de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e também o agricultor familiar que possui a Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativo tem direito de receber R\$ 1,30 por saca de soja vendida para a cooperativa até o limite de 55 sacas por ha (MAPA, 2019).

Além do agricultor familiar receber esta bonificação, ele conta com o auxílio dos engenheiros agrônomos, que realizam o projeto técnico para que eles possam levar até o banco e dar entrada na solicitação do crédito do PRONAF, para agricultores associados a cooperativa não é cobra taxa para realização do projeto técnico.

O PRONAF, é um mecanismo que visa suprir os problemas de crédito dos agricultores familiares, funciona como uma oportunidade de microcrédito direcionado a um grupo específico de produtores para fomentar as atividades produtivas e o desenvolvimento local. No ano de 2017, o PRONAF completou 22 anos, e segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA<sup>1</sup>) desde a sua existência até o respectivo ano o Programa obteve um total em operações atingidas de R\$ 200 bilhões. Foram aplicados na efetivação cerca de 28,5 milhões de contratos, e a inadimplência fica em torno de 1% (MDA,2017).

Com juros baixos e facilitados, o agricultor familiar tem possibilidades de créditos para ampliar a renda e produção nas propriedades. Entretanto, o apoio e assistência técnica da cooperativa, e o crédito do PRONAF, só gerarão retornos se forem aplicados de forma eficiente. E o agricultor, deve trabalhar o planejamento e a gestão de sua propriedade para gerar os resultados esperados na aplicação dos recursos técnicos e produtivos.

Analisar como esses agricultores estão utilizando os recursos disponibilizados pelo PRONAF é importante, pois se todos esses agricultores familiares gerenciassem de forma eficientes os recursos obtidos através das linhas de créditos, talvez a procura por financiamentos se tornasse mais focada nas necessidades das propriedades e os agricultores familiares passassem a investir de forma a obter vantagens financeiras em suas propriedades sem tanta insegurança. E além do mais, estudos com este,

---

<sup>1</sup> O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado em novembro de 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e extinto em maio de 2016 ao criar a Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

possibilitam uma descrição de quais as dificuldades que esses agricultores familiares encontram na hora dessa contratação.

Se o agricultor familiar conseguir se planejar e identificar os problemas e potencialidades que podem melhorar a rentabilidade das propriedades, ele poderá então definir melhor suas necessidades e utilizar de maneira mais certa essas linhas de créditos; tanto para o uso de novas tecnologias nas lavouras (estrutura para produção, máquinas e equipamentos), como para outros investimentos na atividade produtiva (sementes melhoradas e planejamento de safra) ou em qualificação pessoal (cursos e técnicas para melhorar o negócio e a produção).

Além disso, outra relevante justificativa deste estudo, diz respeito ao interesse da autora na pesquisa, que está vinculada profissionalmente à área e tem objetivos futuros de aprofundamento e crescimento profissional no tema.

## **1.2 Objetivos**

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar a gestão e a aplicação dos recursos do PRONAF no ano de 2020 em três propriedades da agricultura familiar no município de Mariópolis-PR.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- i) Identificar as principais características das três propriedades selecionadas da agricultura familiar de Mariópolis-PR;
- ii) Identificar e analisar o processo de gestão utilizado nas três propriedades da agricultura familiar de Mariópolis-PR;
- iii) Descrever a utilização dos recursos do PRONAF e as mudanças geradas nas três propriedades na percepção dos agricultores familiares;

## 2. REVISÃO TEÓRICA

A revisão teórica consiste em pesquisa de quatro tópicos de conhecimento. O primeiro refere-se sobre como é caracterizado a agricultura familiar. O segundo tópico refere-se sobre o surgimento do PRONAF, em particular sobre as linhas de créditos que são contempladas pelo programa. O terceiro tópico subsequente explana sobre quais meios de ferramentas se deve utilizar na administração rural. Por fim, o último tópico versa sobre a gestão nas propriedades da agricultura familiar.

### 2.1 Características Da Agricultura Familiar

A questão agrária no Brasil sempre foi um ponto de grande discussão, não só do ponto da distribuição das terras, mas também do ponto que tange o papel da agricultura familiar como forma de desenvolvimento rural e sustentável, promovendo a qualidade de vida e renda das famílias no campo (MACIEL *et al.*, 2018).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) “a agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda” (MDA, 2018, p.?).

Anteriormente a década de 1990, critérios que caracterizavam a agricultura familiar era quase inexistente no país, e os termos que se utilizava para qualificar e identificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (SCHEINDER e CASSOL, 2013).

O reconhecimento da categoria da agricultura familiar possui três formas fundamentais, distintas, mas complementares entre si.

A primeira diz respeito ao aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes (com a formação da FETRAF como organização específica de agricultores familiares e, de outro lado, com a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que, a partir de meados dos anos 1990, passou a fazer uso da categoria agricultor familiar). A segunda se refere ao reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no governo, definição de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar. E a terceira advém do trabalho de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: atrasada, ineficiente e inadequada. Por meio de uma luta simbólica movida pelo sindicalismo, por setores acadêmicos e por algumas instituições governamentais, a agricultura

familiar passou a ser associada com adjetivos considerados positivos, tais como: moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos (PICOLOTTO, 2014, p. 64).

Conforme a Lei nº 11.326/2006, a agricultura familiar refere-se a todo cidadão ou cidadã que desempenhe qualquer atividade no meio rural e desde que o agricultor atenda aos quatro critérios, que seriam: (i) não pode possuir área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais<sup>2</sup>; (ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Assim, para que permaneça o caráter familiar da produção, pelo menos um membro deve desenvolver as atividades de administrador da produção e de trabalhador:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p.3).

Para a caracterização de agricultura familiar Gasson e Errington, 1993 (apud ABROMOVAY, 1997) apresentam seis elementos importantes que devem estar presentes: a gestão é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracionais no interior da família; os membros da família vivem na unidade produtiva.

---

<sup>2</sup> O módulo fiscal é uma unidade territorial agrária, fixada por cada município brasileiro baseados na Lei Federal nº 6.746/79. O tamanho do módulo fiscal, para cada município, é determinado levando-se em consideração: o tipo de exploração predominante no município e a renda obtida com ela; outras explorações importantes (seja pela renda ou área ocupada) existentes no município; e o conceito de "propriedade familiar", definido pela Lei nº 6.746/79. O módulo fiscal varia de 5 a 100 hectares, conforme o município.

Em um universo de inúmeras possibilidades e diversidade é fato, pensar a agricultura familiar como um setor produtivo atrasado (pelo viés econômico, tecnológico e social), que se destina a produção de alimentos num nível mais básico de tecnologia, buscando a produção de subsistência e comercializando somente o excedente. No entanto, este estereótipo, não condiz com a realidade, pois esta categoria engloba desde as famílias pobres que tem um pedaço de terra e produz de forma precária até as famílias com dotação de recursos, terra, capacitação, organização, conhecimento (SALVODI e CUNHA, 2010). Cada propriedade tem suas características próprias e a gestão irá determinar as possibilidades mercadológicas e continuidade da produção agrícola.

A agricultura familiar tem um grande destaque como sendo o setor da economia que mais cresce na produção de alimentos e geração de riquezas em distribuição de renda. A agricultura familiar é hoje umas das principais atividades geradoras de trabalho e renda na América Latina e no Caribe, segundo o relatório “Perspectivas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nas Américas 2014: uma visão para a América Latina e Caribe”, produzido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Instituto Inter.

É através da agricultura familiar que inúmeras famílias brasileiras sobrevivem. Mesmo em um mundo que a maioria da produção é mecanizada e possuem uma ampla variedade de gêneros alimentícios industrializados, os agricultores conseguem produzir e fazer a distribuição de alimentos perecíveis em tempo hábil que chegam diretamente ao consumidor. Gerando assim, “emprego na lavoura, no comércio em geral e também na indústria, além de deter o fornecimento da variedade alimentícia para o mercado” (BELTRAME e PEREIRA, 2017, p.89).

Dados do último Censo Agropecuário 2017 demonstram que a região sul, formada pelos estados RS, SC e PR possui 665.767 estabelecimentos agropecuários caracterizados como pertencentes da agricultura familiar, representando assim 17,08% do total do Brasil. Os dados demonstram também que na cidade de Mariópolis-PR dos 504 estabelecimentos (propriedades) agropecuários 401 estabelecimentos são da agricultura familiar representando assim 79,6% do total (IBGE/CENSOAGRO, 2017).

Quando se fala destas propriedades, são organizadas em atividades produtivas cultivadas basicamente pelas próprias famílias, normalmente apresentam baixo grau de organização e planejamento, raramente adotando práticas formalmente



explicitadas de registro das informações relevantes para suas decisões. Neste contexto, as cooperativas rurais, principalmente de recebimento de produtos/venda de insumos beneficiam o pequeno agricultor ajudando-o a escoar sua produção e também garantindo a compra de insumos e suprimentos produtivos a preços atrativos. Para Guasselli (2002), as cooperativas agrícolas são instituições constituídas para a comercialização de produtos de seus cooperados (agricultores familiares), que fornecem assistência técnica e revenda de insumos. Em seu quadro de associados estão tanto os produtores rurais do setor agrícola, quanto do setor pecuário. O processo de cooperativismo propicia a grupos de agricultores desfavorecidos em termos de escalar, a oportunidade de poderem trabalhar juntos, compartilhando os riscos e resolvendo problemas comuns.

Segundo Guasselli (2002), para que as cooperativas alcancem os resultados desejados é necessário se ter um equilíbrio no que diz respeito ao aspecto social e econômico, buscando assim sempre melhorias em suas atividades e de sua filosofia. Além disso, “o volume total processado, como resultado da soma da produção individual de vários produtores rurais, é que possibilitam a cooperativa viabilizar grandes negócios, são negócios que individualmente os cooperados nunca teriam condições de efetuar” (GUASSELLI, 2002, p. 85).

No que diz respeito dos aspectos mencionados anteriormente a CAMISC possui programas de ação social e também programas de participação para seus associados. Além disso, os associados conseguem assistência técnica especializada e também possuem o direito da elaboração do projeto técnico, documento essencial para a solicitação de pedido de crédito do PRONAF.

Muitos agricultores para conseguirem ampliar ou até mesmo adquirir os produtos para a sua produção tem como grande aliada a concessão de crédito, ao qual muitos desses agricultores familiares têm preferências por programas disponibilizados pelo estado como é o caso do PRONAF, que será tema do próximo item.

## **2.2 Concessão De Crédito: Pronaf**

Com recursos produtivos limitados, há uma dificuldade do agricultor familiar, se manter no cenário produtivo. Assim, com a finalidade de implantar uma política

agrícola voltada aos pequenos produtores, no ano de 1994, após a Jornada de Luta (atual Grito da Terra), liderada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE). Após um ano de sua consolidação, houve um aperfeiçoamento e passou a se chamar Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por meio da Resolução 2.141, de 24 de agosto de 1995, "destinado ao apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família" (MDA, 2015, p.?).

Estudos desempenhados pela FOA/INCRA no ano de 1999 tiveram uma grande contribuição para a criação do PRONAF, no qual foi apresentado a segmentação dos agricultores familiares beneficiários do programa em grupos distintos, conforme o nível da renda bruta familiar anual. E que devido esta classificação diversificada dos agricultores, proporcionou que as regras de financiamentos "fossem adequadas à realidade de cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates (descontos) visam auxiliar mais aquelas parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas" (SCHNEIDER *et al.*, 2004, p.4).

O PRONAF se tornou o principal apoiador da agricultura familiar, e tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. E é através do PRONAF que os agricultores familiares podem acessar linhas de créditos com juros muito abaixo do mercado financeiro conforme suas necessidades e seus projetos. Estes projetos podem ser destinados para o custeio da safra, para compra de máquinas, ou seja, que agregue algum custo-benefício ao agricultor familiar. Para acessar o PRONAF, a renda bruta anual dos agricultores familiares deve ser de até R\$ 360 mil ao ano (MDA, 2016).

Pode-se verificar no Quadro 1, resumidamente algumas das linhas de crédito do PRONAF.

Linhas de Crédito	Finalidade do financiamento	Linhas de Crédito	Finalidade do financiamento
Pronaf Custeio	Financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.	Pronaf Semiárido	Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
Pronaf Mais Alimentos - Investimento	Financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.	Pronaf Mulher	Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
Pronaf Agroindústria	Financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.	Pronaf Jovem	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
Pronaf Agroecologia	financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.	Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
Pronaf Eco	financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.	Pronaf Cota-Parte	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
Pronaf Floresta	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.	Microcrédito Rural	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Quadro 1- Linhas de crédito do PRONAF

Fonte: Adaptado de MDA (2016).

As contratações de crédito através do PRONAF tiveram grande crescimento ao longo dos anos. Pode-se verificar em dados na Tabela 1, que entre o período de 2014 a 2017, foi realizado no total, através do programa do PRONAF 410.377 contratos para investimentos e 1.489.478 contratos para custeio.

Tabela 1 - Características da aplicação do PRONAF para os anos 2014 a 2017

2014									
Região	UF	Atividade	Finalidade				Total		
			Qtd. Custeio	Vlr. Custeio	Qtd. Invest.	Vlr. Invest.	Quantidade	Valor	
SUL	RS	Agrícola	169.931	2.562.751.880,40	38.934	1.719.567.258,32	208.865	4.282.319.138,72	
		Pecuária	45.901	848.888.100,33	21.182	626.888.098,43	67.083	1.475.776.198,76	
		<b>Total</b>	<b>215.832</b>	<b>3.411.639.980,73</b>	<b>60.116</b>	<b>2.346.455.356,75</b>	<b>275.948</b>	<b>5.758.095.337,48</b>	
	PR	Agrícola	94.173	1.821.165.571,12	20.137	819.353.991,86	114.310	2.640.519.562,98	
		Pecuária	16.125	290.587.715,43	22.666	672.131.548,80	38.791	962.719.264,23	
		<b>Total</b>	<b>110.298</b>	<b>2.111.753.286,55</b>	<b>42.803</b>	<b>1.491.485.540,66</b>	<b>153.101</b>	<b>3.603.238.827,21</b>	
	SC	Agrícola	53.100	830.073.794,30	23.621	865.527.422,20	76.721	1.695.601.216,50	
		Pecuária	24.568	493.289.151,00	24.323	718.920.377,47	48.891	1.212.209.528,47	
		<b>Total</b>	<b>77.668</b>	<b>1.323.362.945,30</b>	<b>47.944</b>	<b>1.584.447.799,67</b>	<b>125.612</b>	<b>2.907.810.744,97</b>	
	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>403.798</b>	<b>6.846.756.212,58</b>	<b>150.863</b>	<b>5.422.388.697,08</b>	<b>554.661</b>	<b>12.269.144.909,66</b>	
	2015								
	SUL	RS	Agrícola	153.576	2.772.517.519,82	25.424	1.113.980.379,29	179.000	3.886.497.899,11
Pecuária			44.810	900.698.993,91	13.283	466.438.867,23	58.093	1.367.137.861,14	
<b>Total</b>			<b>198.386</b>	<b>3.673.216.513,73</b>	<b>38.707</b>	<b>1.580.419.246,52</b>	<b>237.093</b>	<b>5.253.635.760,25</b>	
PR		Agrícola	91.763	2.119.533.113,54	13.709	556.470.346,99	105.472	2.676.003.460,53	
		Pecuária	16.340	382.080.849,49	16.119	535.020.627,15	32.459	917.101.476,64	
		<b>Total</b>	<b>108.103</b>	<b>2.501.613.963,03</b>	<b>29.828</b>	<b>1.091.490.974,14</b>	<b>137.931</b>	<b>3.593.104.937,17</b>	
SC		Agrícola	46.191	877.427.349,83	11.980	439.622.946,57	58.171	1.317.050.296,40	
		Pecuária	27.240	603.877.143,89	14.706	456.865.218,77	41.946	1.060.742.362,66	
		<b>Total</b>	<b>73.431</b>	<b>1.481.304.493,72</b>	<b>26.686</b>	<b>896.488.165,34</b>	<b>100.117</b>	<b>2.377.792.659,06</b>	
<b>Total</b>		<b>Total</b>	<b>379.920</b>	<b>7.656.134.970,48</b>	<b>95.221</b>	<b>3.568.398.386,00</b>	<b>475.141</b>	<b>11.224.533.356,48</b>	
2016									
SUL		RS	Agrícola	147.630	2.919.207.577,03	23.251	1.013.959.011,34	170.925	4.079.535.319,81
	Pecuária		39.414	773.128.275,69	9.215	332.866.480,70	48.646	1.174.410.256,39	
	<b>Total</b>		<b>187.044</b>	<b>3.692.335.852,72</b>	<b>32.466</b>	<b>1.346.825.492,04</b>	<b>219.571</b>	<b>5.253.945.576,20</b>	
	PR	Agrícola	91.820	2.414.210.347,03	13.180	529.526.387,44	105.014	2.993.730.334,47	
		Pecuária	15.151	363.995.375,42	12.757	494.221.703,30	27.915	870.029.078,72	
		<b>Total</b>	<b>106.971</b>	<b>2.778.205.722,45</b>	<b>25.937</b>	<b>1.023.748.090,74</b>	<b>132.929</b>	<b>3.863.759.413,19</b>	
	SC	Agrícola	43.791	949.832.835,57	13.278	586.780.959,66	57.089	1.605.102.766,08	
		Pecuária	28.424	649.082.474,46	13.625	440.177.845,46	42.059	1.109.568.319,92	
		<b>Total</b>	<b>72.215</b>	<b>1.598.915.310,03</b>	<b>26.903</b>	<b>1.026.958.805,12</b>	<b>99.148</b>	<b>2.714.671.086,00</b>	
	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>366.230</b>	<b>8.069.456.885,20</b>	<b>85.306</b>	<b>3.397.532.387,90</b>	<b>451.648</b>	<b>11.832.376.075,39</b>	
	SUL	RS	Agrícola	135.727	2.889.181.839,81	23.105	1.080.272.027,16	158.922	4.174.620.038,21
			Pecuária	38.780	855.203.996,99	8.876	408.539.344,25	47.683	1.335.005.140,00
<b>Total</b>			<b>174.507</b>	<b>3.744.385.836,80</b>	<b>31.981</b>	<b>1.488.811.371,41</b>	<b>206.605</b>	<b>5.509.625.178,21</b>	
PR		Agrícola	80.188	2.232.928.351,62	12.622	609.994.879,85	92.830	2.881.430.335,53	
		Pecuária	15.810	428.530.640,82	11.072	462.464.046,36	26.897	919.406.687,18	
		<b>Total</b>	<b>95.998</b>	<b>2.661.458.992,44</b>	<b>23.694</b>	<b>1.072.458.926,21</b>	<b>119.727</b>	<b>3.800.837.022,71</b>	
SC		Agrícola	38.828	937.033.039,13	10.822	530.985.902,52	49.674	1.524.751.613,69	
		Pecuária	30.197	805.604.791,80	12.490	470.712.410,59	42.700	1.306.437.362,90	
		<b>Total</b>	<b>69.025</b>	<b>1.742.637.830,93</b>	<b>23.312</b>	<b>1.001.698.313,11</b>	<b>92.374</b>	<b>2.831.188.976,59</b>	
<b>Total</b>		<b>Total</b>	<b>339.530</b>	<b>8.148.482.660,17</b>	<b>78.987</b>	<b>3.562.968.610,73</b>	<b>418.706</b>	<b>12.141.651.177,51</b>	

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB, 2018).

Pode-se avaliar na Tabela 1 que a região sul tem uma contribuição de quase 52% do valor contratado nesse período em nível regional (2014 a 2017). Tal percentual está relacionado segundo Baccarin e Oliveira (2020), ao aumento da renda bruta e ao número reduzido de agricultores familiares se comparados os censos agropecuários 2006 e 2017, os autores argumentam também que “não se descarta a hipótese de que houve aumento da concentração dos recursos e da taxa de exclusão de agricultores locais do PRONAF” (BACCARIN E OLIVEIRA, 2020, p.133).

Porém, para que o agricultor familiar tenha acesso às essas linhas de crédito do PRONAF, é preciso que eles possuam um documento que os identifique como agricultores familiares que seria a Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP). Através dela é possível extrair muitas informações do agricultor como: quais são as condições de posse e ou uso da terra; qual sua principal atividade no ramo agrícola; qual a renda bruta familiar; qual o número de integrantes que compõem essa renda, o agricultor familiar também não pode ter área maior que 4 (quatro) módulos fiscais o qual no município de Mariópolis-PR é igual a 72 hectares (720.000 metros quadrados).

A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) serve como forma de identificar a qualificação do agricultor familiar, e permite um acesso de forma particularizada as mais de 15 políticas públicas, dentre elas: o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os programas de compras instrucionais, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Garantia Safra e o Seguro da Agricultura Familiar (MDA, 2016). Para a obtenção da DAP primeiramente os agricultores familiares são classificados em quatro grupos conforme os critérios de renda e de acesso a políticas públicas, isto varia devido às características citadas abaixo (MDA, 2017):

Grupo “A”: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Grupo “B”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 20 mil; Grupo “A/C”: agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”; e Grupo “V”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 360 mil (MDA, 2018).

Considerando os grupos, pode-se através do Quadro 2, identificar a finalidade, limite de crédito e juros possíveis de serem contratados pelo PRONAF.

Grupos / Linhas	Finalidade	Limite de crédito	Juros
Pronaf Grupo A	Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias.	Até R\$ 25.000,00 por agricultor. Esse valor poderá ser elevado para R\$ 26.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica.	0,5% ao ano.
Pronaf Grupo A/C	Custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.	Até R\$ 7.500,00 por operação, podendo cada agricultor contratar até 3 operações.	1,5% ao ano.
Pronaf Grupo B	Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias. Custeio pecuário Custeio de atividades não agropecuárias.	R\$ 5.000,00 por operação elaborada pela metodologia do Agroamigo (PNMPO) R\$ 2.500,00, quando elaborada sem a metodologia Agroamigo.	0,5% ao ano.

Quadro 2 - Grupos e Linhas de Crédito PRONAF - Quadro Resumo (Plano Safra 2019/2020)  
Fonte: Adaptado (BNB, 2019).

Essas políticas de créditos com acesso mais fácil e com juros baixos, e também de forma caracterizada para cada agricultor familiar, contribui para que todas as famílias que pertencem a qualquer grupo da agricultura familiar tenham desde a sua produção ou até mesmo para investimentos, uma maior expectativa de crescimento e também um aumento nas suas rendas. O PRONAF é dividido em dois segmentos, sendo eles: o PRONAF custeio que é destinado para ajudar na aquisição de sementes, adubos e defensivos, rações entre outros produtos utilizados pelo o agricultor, para o uso de sua produção seja ela agrícola ou pecuária, e sua contratação é permitida para todos os agricultores que possuem DAP, exceto para os do grupo A e A/C (BB, 2020). Já o PRONAF investimento é utilizado para a “implantação, ampliação, ou modernização da estrutura de produção”, visando assim a criação de mais renda e um melhor uso da mão de obra familiar (BNDS, 2020, ?).

Após a contratação e liberação do crédito do PRONAF é extremamente importante que o agricultor saiba administrar esse dinheiro, e que seja utilizado para a sua devida finalidade. Sendo assim, é necessário se ter uma ótima administração rural em sua propriedade, tema do próximo item.

## 2.3 Administração Rural

O surgimento da administração rural se deu no início do século XX, “na Inglaterra e nos Estados Unidos da América junto às Universidades de Ciências Agrárias, enfocava prioritariamente a área de produção e a função controle” (SEPULCRI e MATSUSHITA, 2014, p.1).

De acordo com Lourenzani *et al.* (2003), os princípios básicos da Administração que são aplicados à indústria e ao comércio, são validos também para o setor agropecuário. Entretanto:

Deve-se ressaltar que esta última atividade apresenta determinadas características que a diferencia dos demais segmentos, as quais precisam ser consideradas. A terra, por exemplo, representa para a indústria somente a base para a instalação do imóvel, enquanto para a agricultura é considerada como o principal meio de produção e que precisa ser estudado na sua micro composição, visando à exploração do seu potencial máximo (LOURENZANI *et al.* 2013, p.6)

Desta forma, à administração rural, é relacionada principalmente a área de produção e a função de controle, aperfeiçoa trabalhos e estudos de extensão que abrange com prioridade a alocação de recurso e os registros contábeis e financeiros, tornando-se a contabilidade o instrumento “gerencial” mais divulgado (LUCCA e SILVA, 2012).

Em sua fase inicial, a administração rural era considerada como um ramo da economia rural. Até então para as instituições esta visão ainda é considerada, um novo conceito tem sido dado à administração rural (LUCCA e SILVA, 2012). Para melhor entendermos sua abordagem, conceituamos através das citações de Ávila *et al.*(2002), que:

A administração rural é uma ciência é também uma arte, que se iniciou com a análise econômica das culturas e criações, com registros de dados contábeis e técnicos e com a análise de custos de produção. É considerada um ramo da ciência administrativa que não se preocupa apenas em analisar os aspectos inerentes à empresa rural, como também suas inter-relações com o meio ambiente (AVILA *et al.* 2002, p.2).

É importante destacar-se a relevância das demais funções administrativas (planejamento, organização e direção). A administração rural “passa por várias modificações estruturais e comportamentais frente à nova ordem mundial de globalização, consumindo conceitos antigos e reconhecendo suas teorias na busca

do aperfeiçoamento organizacional para a empresa rural” (LUCCA e SILVA, 2012, p.174).

Quando se considera as formas de se administrar uma propriedade rural, as atividades podem ser realizadas de forma planejada ou sem planejamento nenhum (AVILA *et al.*, 2002). Em muitos casos, o que acontece é que os produtores não realizam um planejamento com registros formalizados, mas que avalia o andamento da produção e comercialização de forma empírica, ou seja, está somente “na cabeça do dono ou do administrador” (AVILA *et al.*, 2002, p.3). Esse saber que é incorporado ao processo produtivo, faz com que “o dono passa a ser insubstituível na atividade, e se, por algum acaso ele ausentar-se, os negócios podem tropeçar” (BARBOSA, 1985 apud AVILA *et al.*, 2002, p.3).

Neste sentido, Moreira *et al.* (2016, p.301), ressalta que “a falta de informações gerenciais e conhecimento de mecanismos responsáveis pelo controle de custos na atividade rural acarretam uma série de dificuldades na mensuração dos custos”. Assim é necessária a utilização da contabilidade de custo que serve como meio de auxílio “nas funções de controle e tomada de decisão, permitindo o gestor avaliar mensurar e criar medidas de médio e longo prazo de crescimento da organização” (MOREIRA *et al.*, 2016, p.306).

Pode-se confirmar, que nos anos atuais o interesse pela administração rural cresce cada vez mais, habitualmente surge por parte de técnicos e instituições que atuam na assistência técnica e do mesmo modo na extensão rural. Este interesse deve-se associar às inúmeras transformações que vêm ocorrendo nas condições de produção da agricultura nos últimos anos (LUCCA e SILVA, 2012).

Lucca e Silva (2012) argumentam também qual o significado destas transformações que:

Para os agricultores, essas transformações significam a necessidade de adaptação ou reconversão dos seus sistemas de produção. Para as empresas e responsáveis ligados à agricultura, isso representa a necessidade de redefinição de suas estratégias e métodos de atuação para dar conta da nova problemática vivenciada pelos agricultores. Nesse contexto, a administração rural vem constituindo-se em uma modalidade alternativa de trabalho para os técnicos e instituições (LUCCA e SILVA, 2012, p.173).

Quanto mais bem informado o proprietário rural estiver, maiores vão ser as chances de conseguir uma excelente produtividade e alcançar mais lucro no seu



trabalho. Nesse caso, o administrador rural precisa ter, “subsídios para cuidar da parte administrativa, financeira e econômica de seu estabelecimento, saber dos riscos da exploração da propriedade, planejamento, organização, gestão, controle e direção, e volume dos negócios” (AVILA *et al.*, 2002, p.1).

Dado a amplitude que envolve o conceito da administração rural, é importante entender como esses agricultores fazem a gestão de suas propriedades, tema do próximo item.

## **2.4 Gestão Na Propriedade Da Agricultura Familiar**

Segundo Deponti (2014, p.17), “a gestão da propriedade rural, geralmente a pequena propriedade rural, é abordada de forma muito compartimentada e específica. Autores que estudam esta temática são unânimes em destacar a baixa eficiência gerencial dos estabelecimentos”.

Em um artigo publicado pela Coordenadora do Programa da Agricultura Familiar da Embrapa Daniela Bittencourt, argumenta que os agricultores devem estar atentos ao modo como tomam suas decisões e devem identificar estratégias para organizar seus processos produtivos, com intuito de agregar valor a seus produtos e maximizar a inserção dos mercados (EMBRAPA, 2018).

Segundo Deponti (2014), o desenvolvimento de técnicas de gestão que contemplem as particularidades da agricultura familiar e as formas pelas quais ela pode se inserir de forma competitiva e sustentada no mercado são escassas e mal adaptadas. A autora argumenta também, que a infinitas opções de *softwares* livres de gestão financeira, de administração, de contabilidade e de análise de custos de produção, porém estas ferramentas não contemplam ou atendem as características que intervêm a agricultura familiar (DEPONTI, 2014, p.10).

Para Batalha *et al.* (2012), os desafios gerenciais enfrentados pela agricultura familiar são diferenciados em dois níveis de atuação: gestão de sistema e da propriedade. O primeiro nível é definido pelo autor como sendo a necessidade de ampliar a eficácia e também o desenvolvimento de ferramentas que apresentem ligações sistêmicas entre os agricultores familiares com outros agentes das cadeias agroindustriais, e talvez do mesmo modo a familiaridade dos próprios agricultores familiares (BATALHA *et al.*, 2012). No segundo nível o autor caracteriza como se

tratando mais da gestão individual das propriedades, que os obstáculos relacionados nesse nível estão ligados a alguns aspectos que são indispensáveis que são eles:

[...] inadequação das ferramentas gerenciais existentes à realidade da agricultura familiar; baixo investimento em P&D nesta área; descapitalização dos pequenos agricultores que não podem ter acesso e beneficiar-se das modernas tecnologias de informação; baixo nível de educação formal dos agricultores familiares; falta de uma cultura que crie um ambiente propício à adoção de novas tecnologias de gestão e, finalmente, falta de capacitação adequada dos técnicos responsáveis pela assistência técnica aos produtores (BATALHA *et al.*, 2012, p.4 ).

Souza *et al.* (2011), também defende que o uso das tecnologias é essencial e deve se tornar indispensável para que se haja uma boa gestão, ele argumenta que precisamos levar em consideração alguns fatores relevantes:

Experiência é um fator relevante na gestão mais eficiente dos recursos produtivos tradicionais, mas também é importante na adoção de ferramentas e padrões privados de certificação relacionados à gestão ambiental e à segurança do alimento [...]. Não apenas a experiência, mas também a capacidade de obter e processar informações e a habilidade no uso de técnicas agrícolas e de métodos de gerenciamento mais sofisticados podem contribuir para o sucesso do empreendimento (SOUZA *et al.*, 2011, p. 229).

Os autores afirmam também que a capacidade de experiência do agricultor é decorrência da sua idade ou pelos anos de trabalhos na agricultura, e que isso é um fator positivo para a escolha de práticas sustentáveis, que segundo ele pode demonstrar uma maior capacidade de gestão, mais que se analisarmos por um outro ponto de vista produtores mais velhos podem demonstrar uma perspectiva de planejamento mais curto. Já para produtores mais novos a busca por novidades é sempre maior, mais que ainda há poucos jovens trabalhando no ramo agrícola, poisas oportunidades de trabalho no meio rural ainda são limitadas, devido à não sucessão familiar dos pais (SOUZA *et al.*, 2011, p. 230).

Pequenos produtores encontram dificuldades para atingir a manutenção da atividade e geração de renda por não conseguirem definir o tamanho e a escala de produção desejada. E que organização é a única forma de solucionar essa desvantagem (SOUZA *et al.*, 2011, p.235). Sendo assim o autor afirma:

Sem entrar em detalhes do processo de organização, que pode ocorrerem vários níveis e formatos, interessa destacar que o grau de organização e a participação do agricultor em organizações sociais, do tipo cooperativa e associações de produtores, têm impacto direto tanto sobre a capacidade de produção como sobre a eficiência do uso dos recursos dos produtores (SOUZA *et al.*, 2011, p.235)

Conforme pode-se identificar nesta secção os autores mencionados para construção desta revisão teórica defendem princípios semelhantes sobre a gestão da agricultura familiar alguns sobre a adoção de tecnologias agrícolas que é o caso de Souza (2011) que acredita que isso surge através de razões econômicas e não econômicas as quais afetam na hora de o agricultor decidir ou não por adotar inovações em suas propriedades.

E que muitas desses princípios os produtores não possuem controle sobre isso e que inúmeros desses em “particular os arranjos institucionais determinantes não são controlados pelos produtores, em particular os arranjos institucionais determinados pelas políticas públicas, tais como condições de acesso a crédito, educação, extensão rural e o próprio comportamento dos preços” (SOUZA, 2011, p.249).

Deponti (2014, p.20) intensifica do mesmo modo que a utilização de tecnologias no meio rural favorece a comunicação e a transição de informações e a extensão para o conhecimento dos agricultores “sendo que este último poderá promover o alargamento de oportunidades econômicas, sociais e políticas”. A autora argumenta também que a inclusão digital no campo pode impulsionar os processos de desenvolvimento rural e regional.

Além de uma boa gestão nas propriedades, para se ter uma melhor otimização na lucratividade da produção é preciso que o agricultor familiar faça o uso de ferramentas da administração que os auxiliam da melhor forma possível na tomada de decisão.

Lima *et al.* (1995, p.75), argumenta que “a obtenção dos dados e informações é uma fase importante porque a quantidade e, principalmente a qualidade dos dados e das informações coletadas influenciará na análise e no diagnóstico da unidade de produção”.

O mesmo autor define medidas e critérios de desempenho econômico que segundo ele:

Do ponto de vista econômico, a unidade de produção agropecuária (UPA) é o local onde o trabalho (W) e os demais meios de produção (terra (T) e capital (K)) são combinados e transformados em bens de serviços, tendo em vista a consecução de determinados objetivos, que lhe são atribuídos por um agricultor e seu grupo familiar, no caso de uma unidade de produção familiar (LIMA *et al.*, 1995, p. 55).

Lima *et al.* (1995), argumenta também que o principal dever das unidades de produção familiar é o de reproduzir, ao longo do tempo, as condições de vida e trabalho do agricultor e sua família. E que em função disso o agricultor familiar deve estruturar seu sistema de produção como fundamento de potencializar a Renda Agrícola, de modo a remunerar, prioritariamente, o trabalho familiar.

Como pode-se observar no decorrer do referencial teórico, é de extrema importância a adoção de métodos e ferramentas de gerenciamento nas propriedades da agricultura familiar, sua utilização contribui para uma melhor rentabilidade, e do mesmo modo, a produtividade tende a aumentar realizando os controles de custos corretamente. Além disso, o PRONAF tem grande participação no que diz respeito ao desenvolvimento da propriedade do agricultor familiar, pois sem as linhas de créditos com juros reduzidos, muitos agricultores familiares não conseguiriam adquirir os insumos necessários para suas produções, melhorar a estrutura produtiva com aquisição de máquinas e equipamentos e conseqüentemente teriam que obter de outras fontes de rendas.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia está dividida em quatro tópicos. O primeiro onde é feita a definição sobre o tipo de pesquisa e abordagem que serão utilizadas para o desenvolvimento dessa pesquisa. O segundo tópico tratará da definição do lócus de pesquisa. O terceiro tópico refere-se sobre os procedimentos e técnicas de coletas de dados que serão utilizados. Por fim, o último tópico aborda como será feito a análise dos dados coletados.

#### **3.1 Delineamento: Definição Do Tipo De Pesquisa E Abordagem**

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com estudo de múltiplos casos, com o intuito de analisar a gestão e a aplicação dos recursos do PRONAF em três propriedades da agricultura familiar no município de Mariópolis-PR.

Na pesquisa descritiva o investigador necessita de uma série de informações sobre o que deseja pesquisar ao qual pretende descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (GERHARDT E SILVEIRA, 2009).

A pesquisa é caracterizada assim como qualitativa, onde o foco está relacionado “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p.69).

A pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características:

Objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p.32).

Com relação à pesquisa os dados não são possíveis de serem quantificados, devido a quantidade de propriedades da agricultura familiar em Mariópolis-PR e também devido ao momento vivenciado pela pandemia no ano de 2020. Além disso, as propriedades possuem características e vivências diferentes.

Fonseca (2002) argumenta que o estudo de casos é:

Caracterizado de acordo com um estudo de uma entidade bem definida, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu "como" e os seus "porquês", evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (FONSECA, 2002, p.33).

O objeto do estudo de casos desta pesquisa são as da agricultura familiar. Pode-se definir esta pesquisa como sendo um estudo de múltiplos casos, pois engloba três propriedades da agricultura familiar associado à CAMISC.

### **3.2 Critérios De Seleção De Casos**

Em janeiro de 2021 a CAMISC, localizada no município de Mariópolis-PR, possuía 1005 associados, e destes 60% são da agricultura familiar. Como a restrição da pandemia gerada pelo COVID 19, inviabilizou uma pesquisa mais ampla e pormenorizada. Optou-se por utilizar casos representativos da realidade vivenciada por esses agricultores em suas propriedades. Além, disso, a proposta de estudo e a complexidade da coleta e análise de dados não permitiram que este estudo fosse realizado com todos os agricultores associados.

Assim, será realizado um estudo de múltiplos casos dos agricultores familiares, e o critério de escolha se deu pela indicação dos engenheiros agrônomos da CAMISC, ou seja, a técnica de definição dos casos será por conveniência. Cada um dos três engenheiros indicou uma propriedade da agricultura familiar que se enquadre em: ter utilizado o PRONAF tanto para custeio como para investimento, e que aceite participar da pesquisa.

As propriedades dos agricultores familiares selecionadas estavam localizadas em diferentes comunidades rurais no município de Mariópolis-PR, sendo distribuídos em: São Pedro, Nossa Senhora Aparecida e Capela Santo Eduardo. Para manter o anonimato da pesquisa foi utilizado, para se referir as propriedades pesquisadas os pseudônimos :Propriedade A, Propriedade B e Propriedade C, para se referir às propriedades analisadas.

### **3.2 Procedimento E Técnica De Coleta De Dados**

Os dados da presente pesquisa foram coletados em duas etapas. Inicialmente foi feita a revisão em artigos publicados sobre o tema, em periódicos e portais do governo, especialmente no portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de pesquisas em manuais, leis e portarias.

Em um segundo momento, para identificar as principais características e também como é o processo de gestão utilizado nas três propriedades selecionadas da agricultura familiar de Mariópolis-PR e também para descrever a utilização dos recursos do PRONAF e as mudanças geradas nas três propriedades na percepção dos agricultores familiares, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturadas com os agricultores das propriedades da agricultura familiar, com 42 questões.

O roteiro de entrevista foi composto por 42 questões, dividido em três tópicos, em que cada um deles, visou responder um objetivo específico: características da propriedade (Identificar as principais características de três propriedades selecionadas da agricultura familiar de Mariópolis-PR), gestão (Identificar o processo de gestão utilizado nas três propriedades da agricultura familiar de Mariópolis-PR); e financiamentos (Descrever a utilização dos recursos do PRONAF e as mudanças geradas nas três propriedades na percepção dos agricultores familiares). Com relação as questões pertencentes ao roteiro de entrevista (APÊNDICE A), parte foi estruturado através de um trabalho de pesquisa realizado pela autora SOLANO (2017), e parte foi elaborado através da contribuição da orientadora que já pesquisa na área.

O mesmo foi aplicado na primeira semana do mês de janeiro de 2021, nas dependências da Cooperativa CAMISC de forma presencial. Os entrevistados foram abordados de forma individual, respeitando o distanciamento e as normas sanitárias. A medida que o entrevistado ia respondendo, eram realizadas anotações e transcrições para o roteiro de entrevista.

Ao realizar a análise dos dados coletados, houve a necessidade de questionamentos sobre a gestão das propriedades, sendo assim, as perguntas 17 a 23 (APÊNDICE A), elaboradas através do Google Forms em formato eletrônico e enviado no dia 10 de fevereiro de 2021, aos entrevistados via WhatsApp. Todos responderam prontamente o formulário, e as respostas foram incorporadas aos resultados da pesquisa.

A análise dos dados foi realizada a partir da interpretação dos dados, foi montado quadros para comparações de realidades vivenciadas pelas três propriedades pesquisadas.

Com foi analisado a gestão e aplicação dos recursos do PRONAF em três propriedades da agricultura familiar no município de Mariópolis-PR.



## **4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Para a construção dos resultados utilizando-se dos dados da pesquisa, foi identificado as características das três propriedades da agricultura familiar no município de Mariópolis-PR. Em seguida, identificou-se o processo de gestão utilizado nas três propriedades selecionadas. E o terceiro item, descreve a utilização dos recursos do PRONAF nas três propriedades da agricultura familiar de Mariópolis-PR.

### **4.1 Características Das Três Propriedades Da Agricultura Familiar No Município De Mariópolis-Pr**

Nesse tópico será abordado uma caracterização das três propriedades dos agricultores familiares, e servirá como estrutura para as demais análises nos tópicos seguintes.

Alguns dados analisados serão apresentados de forma individualizada para cada questão contida no roteiro de entrevista, dessa forma, facilitará a compreensão do leitor.

As características da gestão e do processo decisório ser centrado no casal, foi citado nas três propriedades pesquisadas, reforçando a própria definição do termo agricultura familiar, em que “é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento (ABRAMOVAY, 1997, p.3). Então, pode-se afirmar que nas três propriedades pesquisadas em sua essência é agricultura familiar.

Em se tratando do tamanho da propriedade e a origem das terras, observou-se que a maior parte são próprias e somente a Propriedade C, arrenda uma fração de terra. Assim, as propriedades têm 37, 16 e 30,5 hectares, conforme pode-se observar no Gráfico 1.

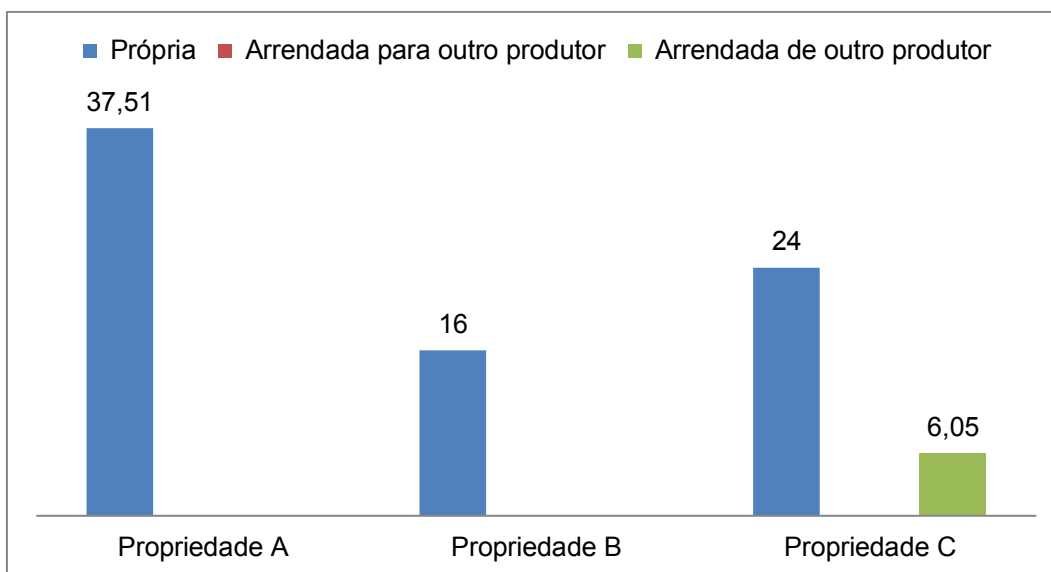


Gráfico 1 - Tamanho da propriedade  
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme observado nos dados coletados, as três propriedades possuem áreas inferiores a 50 hectares, como já argumentado em outro momento desta pesquisa, os agricultores familiares são aqueles em que a propriedade não ultrapasse 4 módulos fiscais (72ha). Sendo assim, os entrevistados possuem em média 3 módulos fiscais o que os caracterizam como pequena propriedade, conforme descrito na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993(Quadro 3).

Características	Propriedade A	Propriedade B	Propriedade C
Atividade Produtiva	Soja - 1530sc/60kg Milho - 1200sc/60kg Feijão- 1200sc/60kg	Leite – 150.000lt	Soja - 900sc/60kg Uva - 35.000kg Feijão - 400sc/60kg
Área destinada a produção	Soja - 20,16 ha Milho –12,32 ha Feijão – 29,12 ha	Leite – 8ha	Soja - 12,32 ha Uva – 2,24 ha Feijão – 11,2 ha

Quadro 3 - Atividade Produtiva e Área destinada à produção  
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como relação a atividade produtiva da Propriedade A, pode-se observar no Quadro 3, que a presença de atividades agrícolas é o que predomina na propriedade, onde 20,16ha da propriedade é destinado para a cultura da soja (com uma produtividade de 1.530 sacas de 60 kg por ano), seguida por 12,32ha para o plantio de milho (produtividade de 1.200 sacas de 60 kg) e 29,12ha para a cultura do feijão

(produtividade de 1.200 sacas de 60 kg) que é feita na safrinha após a colheita da cultura da soja.

Já a Propriedade B, o foco da atividade desenvolvida é destinado totalmente a pecuária leiteira, produzindo o equivalente a 150.000 litros por ano (Quadro 3).

Em se tratando da Propriedade C, há uma diversidade das atividades desenvolvidas na propriedade. Em que predomina o plantio de 12,32ha para a cultura da soja (produzindo 900 sacas de 60 kg por ano), e 11,2ha para a cultura do feijão safrinha (produzindo 400 sacas de 60 kg por ano), e 2,24ha é destinado para o cultivo de uva (produzindo 35.000 kg de uva por ano), onde são destinados para produção de geleia, vinho e também a comercialização da fruta in natura. É importante salientar, que Mariópolis-PR é considerada a “terra da uva”, onde o cultivo da fruta tem grande movimentação financeira para a cidade (Quadro3).

A fonte de renda das propriedades A e C vêm da comercialização dos produtos agrícolas, que tem como intermediário principal a CAMISC, que além de outros serviços/produtos, oferece a possibilidade de recebimento, armazenamento e comercialização dos grãos.

A respeito de como é a participação dos membros da família no desenvolvimento das atividades dentro da propriedade, observa-se no Quadro 4 que nas propriedades B e C são três membros da família, sendo assim as atividades desenvolvidas são divididas entre o casal e o único filho (a), na Propriedade A o casal possuem dois filhos que os auxiliam nas atividades totalizando assim 4 pessoas.

Características	Propriedade A	Propriedade B	Propriedade C
Pessoas envolvidas nas atividades	4 - Pessoas	3 - Pessoas	3 - Pessoas

Quadro 4 - Participação dos membros da família na produção das atividades.  
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação aos implementos agrícolas, e outros veículos, os dados do Quadro 05 apontam que a Propriedade A é a que possui uma diversidade de implementos maiores, o que pode-se relacionar com o tamanho da área plantada e também além disso a quantidade produção. A propriedade B possui um trator, um carro e uma motocicleta. Já a propriedade C, possui um nível médio de implementos quando comparado com as outras propriedades.

Características	Propriedade A	Propriedade B	Propriedade C
Implementos agrícolas e outros veículos	1 Trator; 1 semeadeira; 1 colheitadeira; 1 adubadeira ou distribuidores de calcário; caminhão, automóvel e 1 motocicleta	1 Trator, 1 automóvel e 2 motocicletas.	1 Trator; 1 semeadeira; 1 colheitadeira; 1 adubadeira ou distribuidores de calcário; 1 caminhão, 2 automóvel e 2 motocicleta

Quadro 5 - Implementos agrícolas  
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No que diz respeito a orientação e assistência técnica, todas as três propriedades recebem assistência agropecuária da Cooperativa CAMISC, onde os associados contam com a assistência de um médico veterinário para os associados de forma gratuita, e engenheiros agrônomos que auxiliam desde o plantio até a colheita do grão.

As três propriedades, tem seus agricultores associados a Cooperativa CAMISC e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariópolis-PR. A Propriedade C, também está associada a Associação de Fruticultores de Mariópolis-PR (FRUTIMAR) devido a produção de uva.

Como a proposta da entrevista era propriedade que tiveram aplicação do PRONAF, se confirmou com a pesquisa que todos possuíam a DAP, que é um documento essencial para a iniciação do processo de concessão do crédito do PRONAF.

Após a caracterização da propriedade, é premente entender como o processo de gestão é feito com os recursos adquiridos através do PRONAF, assunto para o próximo item.

## 4.2 Processos De Gestão De Três Propriedades

A gestão de uma propriedade é feita por pessoas, então é importante considerar quem são os agricultores que estão à frente do processo decisório da produção.

Dessa forma, todos os agricultores que participaram da pesquisa eram do sexo masculino, em outros estudos sobre o mesmo tema, podemos observar tal domínio, como exemplo do Censo Agropecuário realizado em 2017, que demonstra tal predominância encontrada. Isso pode mostrar que na agricultura familiar há uma forte presença da família patriarcal, em que o chefe da família é homem, que em última instância puxa o processo de tomada de decisão, mas que só toma a decisão depois de conversar com a esposa (CARVALHEIRO, 2010). Então, o casal participa do processo.

Conforme pode-se observar no Gráfico 2, um agricultor estava na faixa etária de 31 a 45 anos, e dois agricultores estavam na faixa 46 aos 60 anos. Esse fato é comentado por Souza *et al.* (2011), que afirmam que muitas vezes o *feeling* do agricultor está nos anos de experiência, seja em idade ou anos de trabalho na agricultura.

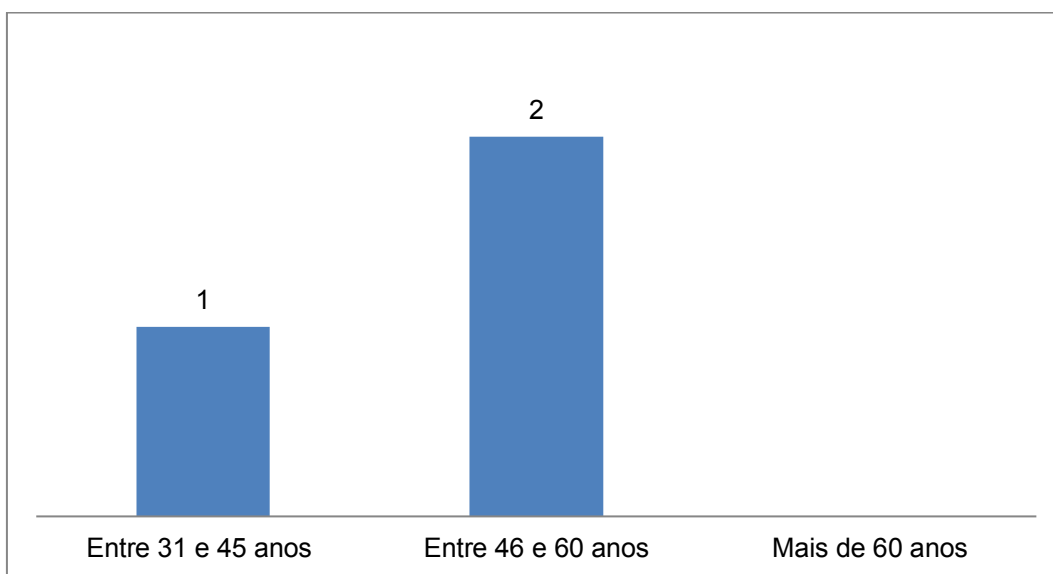


Gráfico 2- Faixa etária  
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação ao desenvolvimento das atividades realizadas na propriedade, as Propriedades C e B, disseram que fazem a divisão dos trabalhos, ou seja, as tarefas são divididas entre o casal. Esses dados mais que confirmam as informações do Censo Agropecuária de 2017 que constatou que 20,3% dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por casais, em que são divididas toda ou parte das responsabilidades relativas ao estabelecimento (IBGE/CENSOAGRO, 2017).

Pode ser verificado na Lei nº11.326/2006 da agricultura familiar um dos quesitos que enquadra um agricultor a pertencer à agricultura familiar é que deve-se

predominar a mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, sendo assim, de muita importância essa divisão de trabalhos entre o casal.

Para se ter uma boa gestão na propriedade é necessária uma boa capacitação e qualificação dos agricultores, a escolaridade é um dos elementos de grande relevância, junto com cursos, palestras, oficinas direcionadas a gestão da propriedade. Nesse sentido, um produtor bem qualificado tende a ter um melhor controle em seus gastos e consegue avaliar baseado nos seus conhecimentos se está tomando a decisão correta. Pode-se observar que todos os entrevistados atestaram possuir o ensino fundamental e participaram de capacitações oferecidas por organizações relacionadas à atividade rural.

Além de qualificação e capacitação profissional, é necessária também a busca por informações. Conforme ilustra o Quadro 6 a internet é o meio mais utilizado pelos entrevistados, seguindo de reuniões técnicas/seminários.

	Propriedade A	Propriedade B	Propriedade C
Busca de informações	- Televisão - Rádio - Internet -Reuniões técnicas/Seminários	- Internet	- Internet - Reuniões técnicas/Seminários

Quadro 6 - Busca de informações  
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Segundo Souza *et al.* (2011), a utilização das tecnologias para troca de informações, permite ao agricultor adquirir conhecimento, através de diferentes pontos de vista

Os entrevistados foram questionados com relação as tomadas de decisão na propriedade e os mesmos responderam que:

“Realizamos o planejamento do que plantar, e depois decidimos como iremos pagar se o valor vai ser a vista ou pago na colheita dependendo do valor” (PROPRIEDADE A).

“Verificamos em conjunto quais são nossas necessidades, e depois verificamos se iremos comprar e como vamos pagar” (PROPRIEDADE B).

“Planejamos quais são as nossas necessidades por prioridades, a partir daí vemos se temos finanças suficientes para realizar a compra” (PROPRIEDADE C).

Com relação aos registros de aquisições, gastos e despesas; nas Propriedades A e C já começaram, porém esquecem de realizar as anotações de algumas despesas, na Propriedade B há dificuldade de realizar os registros pois o agricultor familiar diz não saber como realizar esse controle corretamente (Quadro 7).

	Propriedade A	Propriedade B	Propriedade C
Realiza registro de aquisições, gastos e despesas?	Já comecei, mas acabo esquecendo de anotar algumas despesas.	Gostaria mais não sei como fazer.	Já comecei, mas acabo esquecendo de anotar algumas despesas.

Quadro 7 - Registro de informações  
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Tratando a respeito do controle de custo da produção, o Quadro 8, mostra que nenhuma propriedade possui. Com relação ao controle do volume comercializado, as Propriedades B e C afirmaram que possuem, e a Propriedade B diz não dispor de nenhum controle sobre o volume comercializado. Em relação ao controle de custos na Propriedade A e B esse controle é realizado através de anotações em caderno, e a Propriedade C diz realizar o controle através do fluxo de caixa.

Pode-se observar que a percepção dos entrevistados quanto ao conceito de controle de custo se contradiz quando lhe é perguntado como é feito o controle de custo da propriedade, onde a Propriedade C afirma fazer através do controle de fluxo de caixa, mais diz não possuir nenhum controle de custo da produção. Tal afirmação pode estar relacionada à falta da divisão dos custos por atividades produtivas, pois em sua grande maioria, os insumos são comprados para atenderem a produção do ano (considerando duas safras), não havendo assim um rateio por atividade produtiva.

	Propriedade A	Propriedade B	Propriedade C
A propriedade possui algum controle de custo da produção? Se, sim qual?	Não possui	Não possui	Não possui
A propriedade possui algum controle do volume comercializado?	Sim	Não	Sim
Como é realizado o controle de custos na propriedade?	Anotações em caderno	Anotações em caderno	Fluxo de caixa

Quadro 8 - Controle  
Dados: Fonte da pesquisa (2021).

Sabe-se que o gerenciamento de uma propriedade agrícola é diferente dos demais setores da economia, pois agricultura depende de vários fatores sendo um deles as condições climáticas, falta de chuva as vezes também o excesso de chuva, pragas nas lavouras, falta de tecnologia. Sendo assim, é necessário manter um equilíbrio entre a oferta e a demanda da produção pois no ramo agrícola os agricultores enfrentam a situação de quedas de preços onde seus retornos não dependem exclusivamente de uma decisão gerencial (AVILA *et al.*, 2002).

Em todas as propriedades são realizados os planejamentos da produção. Podemos mencionar algumas das falas coletadas durante o processo de entrevista de como eles realizam o planejamento e por quê?

“Planejar o plantio. Tem que fazer rotação de culturas” (PROPRIIDADE A).

“Conversando com a família, e observando se é necessário realizar as compras. É necessário sabermos o que é feito e o que pode melhorar.” (PROPRIIDADE C).

Essas argumentações corroboram com o fato de que entre as características da agricultura familiar está gestão da propriedade que é compartilhada pela família. Para finalizar este tópico, que engloba a gestão da propriedade, foi perguntado para os entrevistados o que eles consideravam mais importante para a viabilidade de sua propriedade afirmando assim que:

“Uma boa produtividade” (PROPRIIDADE A).



“Custo baixo e maior produção por hectare” (PROPRIEDADE B).

“Aumentar a organização em relação de lucros e despesas dessa forma esclarecer onde é ganho e onde são gastos os lucros” (PROPRIEDADE C).

Como observado através das falas dos entrevistados, o que eles consideram mais relevante para a sua propriedade é a produtividade com custo baixo, e também no que diz respeito aos gastos e lucros adquiridos, isso só é possível através de uma boa gestão e utilização de ferramentas de controles correto.

O processo em se tratando das atividades da propriedade, em duas propriedades há a necessidade de recursos financiados para custear suas atividades, e um relatou utilizar dos recursos financiados para garantir o seguro da produção em casos de perda da lavoura ou parte devido condições climáticas.

Para que os agricultores familiares consigam realizar investimento e até mesmo a compra de insumos para as suas atividades produtivas muitos recorrem às linhas de créditos como o PRONAF. Sendo assim os entrevistados foram questionados como eles fazem a utilização desse recurso em suas propriedades tema do próximo item.

### **4.3 Utilização Dos Recursos Do Pronaf Nas Propriedades**

Neste tópico serão abordados aspectos relacionados a contratação do PRONAF e como o agricultor familiar realiza a gestão desse recurso em sua propriedade e se ele encontrou alguma dificuldade ao contratar o financiamento.

Sendo assim, todas as propriedades tiveram algum tipo de financiamento do PRONAF, sendo que a Propriedade B utilizou com a finalidade de investimento e as Propriedades A e C utilizou tanto para investimento como para custeio.

Os recursos adquiridos pelos agricultores são todos provenientes do PRONAF. Os motivos que direcionaram para a contratação deste tipo de crédito, de acordo com a percepção dos agricultores são:

“Juros baixos” (PROPRIEDADE A).

“Para alavancar a produção, com juros baixos” (PROPRIEDADE B).

“Devido os recursos possuírem juros mais baixo, que outros programas e pela garantia de seguro caso ocorra alguma intempéries” (PROPRIEDADE C).

As afirmações só confirmam que o PRONAF é a forma mais viável para o agricultor familiar com juros de 0,5% até 1,5% ao ano, conforme ilustra o Quadro 1, visto que para a contratação em outras linhas de crédito as taxas de juros não ficam menores do que 5% ao ano. O agricultor familiar ao contratar o crédito com juros mais baixo consegue uma maior instabilidade financeira não causando assim inadimplências e também consegue investir mais em suas propriedades.

Com relação ao tempo em que os agricultores familiares vêm acessando os créditos do PRONAF, todos afirmaram que já faz mais de 10 anos. E que no último ano, obtiveram crédito do PRONAF. Importante salientar que para que o produtor realize a contratação do PRONAF é necessário estar enquadrado dentro dos 4 critérios que são: não possuir área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; predominância da mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, e que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Os tipos de investimentos que foram executados a partir do crédito concedido do PRONAF, podem ser observados no Quadro 9 onde se pode notar uma diversificação agrícola por propriedade.

	Propriedade A	Propriedade B	Propriedade C
Pronaf contratado	- Pronaf Custeio - Pronaf Mais Alimentos- Investimentos	- Pronaf Custeio - Pronaf Mais Alimentos- Investimentos	- Pronaf Custeio - Pronaf Mais Alimentos- Investimentos
Melhorias implementadas (Investimento)	- Implementos agrícolas - Tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares	- Tanques de expansão, resfriadores, ordenhas - Animais de alto padrão genético (reprodutores ou matrizes) - Construção de silos, galpões, celeiros, cercas e estrebarias.	- Implementos agrícolas - Tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares
Melhorias implementadas (custeio)	- Aquisição de sementes - Aquisição de insumos para correção de solo e aumento de produtividade.	Não propiciou melhorias ou nunca contratei	- Aquisição de sementes - Aquisição de insumos para correção de solo e aumento de produtividade.

Quadro 9 - Melhorias

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os dados demonstram que as Propriedades A e C obtiveram o investimento para aquisição de tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares e outros implementos agrícolas. Já a Propriedade B utilizou do investimento para compra de animais de alto padrão genético e também para a construção de silos, galpões, celeiros, abricós, cercas e estrebarias.

A respeito da utilização do crédito concedido para custeio, como observado no Quadro 9 as Propriedades A e C disseram utilizar do recurso para a aquisição de sementes, afirmaram também dispor do recurso para a aquisição de insumos para correção de solo e aumento de sua produtividade, esses dados só confirmam as atividades produtivas dessas duas propriedades, onde as mesmas têm como atividade principal a produção agropecuária como maior fonte produtiva dentro da propriedade.

Como pode-se observar dois dos entrevistados tem preferências por investimentos em suas lavouras ao invés de investimento em animais. Conforme argumentado pelo secretário de Política Agrícola substituto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wilson Vaz de Araújo “Quando o indivíduo, o produtor rural, investe no seu negócio, é sinal que ele está confiante que o ambiente está bom para investir isso é um indicador que ele está acreditando na atividade dele” (GOV.COM, 2019, p.?). Com relação a Propriedade B o investimento em animais é importante visto que a única atividade produtiva é a produção de leite.

A respeito do valor concedido pelo PRONAF os agricultores, pode-se dizer que todos afirmaram que o valor do crédito foi o suficiente para atender suas necessidades em suas propriedades e o que mudou com o crédito concedido foi:

“Facilitou o trabalho realizado na propriedade” (PROPRIEDADE C).

“Consegui cobrir os custos” (PROPRIEDADE A).

Ainda sobre o crédito concedido, constatou-se que no período após a utilização do crédito os resultados obtidos em suas produções tiveram um aumento. Além disso, afirmaram também que é percebido as mudanças que obtiveram após a contratação do PRONAF em suas propriedades e do modo de vida da família.

Para melhor compreender quais as perspectivas dos agricultores familiares em relação à obtenção do recurso do PRONAF, foi questionado sobre os pontos favoráveis ao realizar a contratação do crédito. Sendo assim as respostas foram:

“Juros baixos” (PROPRIEDADE A).

“Prazo de pagamento e juros baixos” (PROPRIEDADE B).

“Aumento de produtividade e investimento em tecnologia para produção” (PROPRIEDADE C).

Percebe-se que através da fala da Propriedade C o agricultor familiar busca em sua propriedade investimento em tecnologia, visando sempre a produtividade em suas lavouras. Além disso, é perceptível as mudanças e benefícios que são atribuídas ao PRONAF, posto isso um dos entrevistados argumenta que o crédito, “facilitou a busca de tecnologia para facilitar o trabalho” (PROPRIEDADE C).

Para que todo esse recurso adquirido, alcance todos os objetivos pretendidos pelo agricultor familiar, a gestão desse recurso é indispensável, os agricultores foram questionados se fazem a utilização de algum mecanismo de gerenciamento, do mesmo modo, se fazem os gerenciamentos das atividades, na Propriedade B afirmou-se não utilizar nenhum mecanismo/método de gerenciamento dos recursos adquiridos do PRONAF.

Segundo Lourenzani (2006), existem variados fatores que impactam significativamente no desempenho dos empreendimentos rurais, como a estruturação de um projeto agrícola para solicitação de crédito, a decisão sobre o que produzir do mesmo modo como a definição de qual tecnologia a ser usada, quais produtos e insumos serão adquiridos. O autor argumenta também que “lidar com essa complexidade de funções concomitantemente exige capacitações gerenciais, ausentes na maioria dos produtores rurais, inclusive os familiares” (LOURENZANI, 2006, p.314).

As Propriedades A e C afirmaram manter algum tipo de mecanismo/método de gerenciamento financeiro. Porém, o tipo de mecanismo de controle é, por exemplo, o uso de um aplicativo do banco como afirma a PROPRIEDADE C “uso aplicativo do banco e armazeno todas as notas em uma pastinha”.

Conforme já afirmado por Deponti (2014), em seções anteriores as técnicas de gestão desenvolvida e inserida na agricultura familiar muitas vezes são escassas e mal adaptadas. Através das afirmações de Lourenzani (2006), pode-se compreender que para um bom funcionamento de uma propriedade rural, no ramo da unidade produtiva, são “fatores determinantes para a tomada de decisão os recursos,

as tecnologias e as informações disponíveis por parte do administrador” (LOURENZANI, 2006, p.316).

Como forma de inteirar-se sobre o processo de contratação e obtenção do crédito do PRONAF, os agricultores foram questionados se na percepção deles houve alguma dificuldade de acesso ao crédito, nas Propriedades B e C, os entrevistados não encontraram dificuldades no processo de contratação, Já a Propriedade A, afirmou que encontrou dificuldades com o processo de contratação, as dificuldades encontradas foram as questões burocráticas para a contratação do crédito e também a exigência de garantias.

Todos os agricultores afirmaram não encontrar nenhuma dificuldade para o pagamento do empréstimo obtido.

	Propriedade A	Propriedade B	Propriedade C
Aspectos de mudança	- Deve aumentar o valor do crédito - Deve diminuir a burocracia - Deve ter menos exigências de garantia	Não deve mudar	- Deve diminuir os juros - Deve ter mudanças no prazo de pagamento

Quadro 10 - Aspectos de mudança  
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Sobre a percepção dos entrevistados com relação aos aspectos que o PRONAF deve mudar, como pode-se observar no Quadro 10 na opinião dos agricultores familiares ficou bem dividida, onde a Propriedade B afirmou que não precisa mudar nada, e nos demais aspectos os entrevistados Propriedade C afirma precisar diminuir os juros. Propriedade A atestou ser necessário mudar o valor do crédito, e por fim, se ter menos exigências de garantias.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a presente pesquisa trouxe como objetivo geral analisar a gestão e a aplicação dos recursos do PRONAF no ano de 2020 em três propriedades da agricultura familiar no município de Mariópolis-PR.

Pode-se observar que as características das propriedades são diversificadas, onde as atividades agrícolas variam desde a produção de grãos (soja, milho, feijão), leite até produção de uva.

A partir das entrevistas, foi possível identificar que as formas que os mesmos fazem a utilização dos recursos obtidos pelo PRONAF são muitos similares entre os entrevistados, onde grande maioria informou utilizar apenas o aplicativo do banco como forma de gerenciar o crédito. E o que predomina são os créditos adquiridos para investimento, onde os dados informados entre os entrevistados foram para aquisição de máquinas, implementos agrícolas, veículos e utilitários. E que na percepção deles o crédito contribuiu para o aumento de suas produções e também do mesmo modo foi percebido pelos agricultores familiares mudanças em suas vidas e em suas propriedades após a contratação do crédito do PRONAF.

Com relação aos registros dos processos de gerenciamento das propriedades utilizadas pelos agricultores familiares, observou-se que não são devidamente formalizados. Este cenário pode ser atribuído a confiança na experiência e saberes do produtor adquiridos ao longo dos anos na produção e comercialização dos produtos, gerando segurança e reprodução da expertise que se tem guardado na “cabeça” e não registrando fisicamente as ações. Fato esse que gera dependência das ações do agricultor na propriedade dificultando processos de sucessão.

Ainda que a maioria dos entrevistados possuía nível de escolaridade até o ensino fundamental, eles possuem dificuldades para uma melhor compreensão do que diz respeito ao processo burocrático para a contratação do crédito, como informado na pesquisa essa foi umas das dificuldades encontradas por um dos entrevistados, assim como as exigências de garantias.

Pode-se afirmar que há muito ainda o que ser questionado com relação as mudanças das linhas de crédito do PRONAF, e que mudanças de juros mais baixos e facilidade no que diz respeito a parte burocrática talvez agilizasse o processo de contratação do crédito. A pesquisa indica que é necessário estimular a qualificação e

capacitação dos agricultores familiares, para que eles possam usar de ferramentas de gerenciamento mais eficazes e lhes proporcionem informações que podem munir o processo decisório com dados, e por consequência, gerar processo de melhoria na produtividade e lucratividade das propriedades.

Com relação aos problemas encontrados no decorrer no trabalho, a maior dificuldade está relacionada ao período vivenciado em 2020 devido a pandemia (COVID 19) que dificultou a aplicação da entrevista e também tornou inviável a visita a campo mais completa.

Sabe-se que a agricultura familiar tem grande importância econômica para o mundo, pois boa parte dos alimentos que vão as nossas mesas são pertencentes da agricultura familiar. Em vista disso, como proposta para futuros estudos seria de grande valia realizar uma pesquisa mais ampla em termos de números de propriedades em nível regional, para que fosse possível identificar as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares desde a contratação até o gerenciamento do crédito do PRONAF, e quantificar financeiramente os ganhos advindos dos recursos financiados.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. São Paulo em Perspectiva – vol.11, nº 2:73-78. São Paulo, 1997. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/agricultura-familiar-e-uso-do-solo/>. Acesso em: 12 de out. de 2020.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. **“Uma nova extensão para a agricultura familiar”**. In: **Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29

AVILA, Mario Lúcio de; AVILA, Silvia Starling Assad de; FERREIRA, Cleone José. **Administração rural: elementos de estudo na fazenda Córrego da Liberdade no município de Ipiranga de Goiás**. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 1, n. 2, p. 1-8, 2002.

BACCARIN, José Giacomo; DE OLIVEIRA, Jonatan Alexandre. **Uma avaliação da distribuição do pronaf entre as regiões geográficas do brasil**. *Revista Grifos*, 2021, 30.51: 114-140.

Banco do Brasil Disponível em: < <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/credito/credito-para-custeio/pronaf-custeio#/>> Acesso em : 19 de jul. de 2020.

BATALHA, Mário Otavio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de; **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. 2012. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/12/02O122.pdf> > Acesso em: 06 de jun. de 2018.

BELTRAME, Gabriela; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. **Impactos Socioeconômicos Ocasionados pelo PRONAF para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar**. *Desenvolvimento em Questão*, v. 15, n. 38, p. 87-107, 2017.

BNB - Banco do Nordeste Disponível em :<[https://www.bnb.gov.br/documents/165130/228956/tabela\\_grupos\\_Pronaf\\_19122018.pdf/9e33e24-d3e9-39ef-2698-14f212171a](https://www.bnb.gov.br/documents/165130/228956/tabela_grupos_Pronaf_19122018.pdf/9e33e24-d3e9-39ef-2698-14f212171a)> Acesso em :29 de jul. de 2020.

BNDS - Banco Nacional do Desenvolvimento Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>> Acesso em : 19 de jul. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, Mai. 2017.

BRASIL. Economia e Emprego Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/08/em-20-anos-o-pronaf-transformou-a-vida-de-mais-de-2-6-milhoes-de-familias>>Acesso em: 01 de set. de 2018.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, jul. 2006.



BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2019. Disponível em :<<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/biodiesel/programa-nacional-de-producao-e-uso-do-biodiesel-pnpb>> Acesso em: 10 de out. de 2019.

BRASIL. Resolução 2.141, de 24 de agosto de 1995. Banco Central do Brasil. Brasília, ago. 1995.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. Instrução Normativa SRF nº 257, de 11 de dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2002/in2572002.htm>> Acesso em: 03 de ago. de 2018.

Canal Rural. Contratações do crédito rural da safra 2019/2020 fecharam em R\$ 225 bilhões, 2020. Disponível em <<https://www.canalrural.com.br/agronegocio/contratacoes-do-credito-rural-da-safra-2019-2020-fecharam-em-r-225-bilhoes/>> Acesso em: 28 de jan. de 2021.

Canal Rural. Noticias da Agropecuária, 2014. Disponível em:<<https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura-familiar-gera-dos-empregos-setor-agricola-23673/>> Acesso em: 01 de ago. de 2018.

Canal Rural. Só 23% das fazendas usam internet em toda a produção, aponta estudo, 2021, Disponível em <<https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/internet-producao-estudo/>> Acesso em: 26 de jan. de 2021.

CARVALHEIRO, Elizângela Mara. A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar. 2010. 214 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010

CENSO AGROPECUARIO 2017- Disponível em:<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#agroindustria-rural>> Acesso em 20 mai. de 2020.

DALCHIAVON, Eloise C.; MELLO, Gilmar Ribeiro de; **Produção do setor rural e o desenvolvimento socioeconômico: um estudo nos municípios paranaenses.** Curitiba, 2015.

DEPONTI, Cidonea Machado. **As "agruras" da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar.** Redes, v. 19, n. 2014, p. 9-24, 2014.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1871776/artigo-a-agricultura-familiar-brasileira-no-contexto-mundial>> Disponível em: 04 de ago. de 2018.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (**FAO**, sigla do inglês **Food and Agriculture Organization**). Boletín de Agricultura Familiar para América Latina y el Caribe. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i8663es/I8663ES.pdf>> Acesso em: 06 de ago. de 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHART, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUASSELLI, I. G. G. **Cooperativa como forma de melhor viabilizar os produtores de maçã: um projeto para a região do Município de Vacaria/RS**. 2002. 159 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006: Agricultura familiar. Paraná: IBGE, 2009.

LIMA, Arlindo Prestes de et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Unijuí, 1995.

LOURENZANI, W. L. **Capacitação Gerencial de Agricultores Familiares: uma proposta metodológica de extensão rural**. Organizações Rurais & Agroindustriais. v. 8, n. 3, p. 313-322, 2006.

LUCCA, Emerson Juliano; DA SILVA, Antônio Lucas Lopes. **Análise e diagnóstico de uma unidade de produção agrícola familiar**. Revista de Administração IMED, v. 2, n. 3, p. 172-184, 2012.

MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes; MARIANO, Reginaldo Silva; CAVALCANTE FILHO, Pedro Gilberto. **Desenvolvimento rural e agricultura familiar: um estudo do Projeto de Assentamento Dirigido Humaitá-Porto Acre (AC)**. REDES: Revista do Desenvolvimento Regional, v.23, n.1, p. 157-179, 2018.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2018. Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>> Acesso em 14 abr. de 2018.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>> Acesso em: 14 de abr. de 2018.

MOREIRA, A.C. da S.S., MELO, J.F.M. de, CARVALHO, J.R.M. de. **Gestão de custos em uma propriedade rural do ramo de Hortaliças**. 2016.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 63-84, 2014.

RIPPEL, Leomar; ALVES, Adilson Francelino; PLEIN, Clério. **O cooperativismo de leite da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná: do processo organizacional à crise**. Informe Gepec, v. 22, n. 1, p. 24-42, 2018.

SAVOLDI, Andreia; CUNHA, Luiz Alexandre. **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do paraná na década de 1970**. Revista Geografar, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre, Relatório de pesquisa. FIDA/RIMISP, 2013.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF**, 2004.

SEPULCRI, Odilio; MATSUSHITA, Milton Satoshi. **A administração rural e a agricultura de precisão**. 2014.

SOLANO, Sarah Laurentina Tomaz. **Os agricultores familiares e suas estratégias de gestão: o PRONAF B no território Açú-Mossoró**. 2017.

SOUZA FILHO, Hildo de Meirelles de; BUAINAIN, Antônio Marcio; SILVEIRA, José Maria F. J. Da; VINHOLIS, Marcela de Mello. M. B. **Condicionantes da adoção de inovações tecnológicas na agricultura**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 28, n. 1, p. 223-255, 2011.

TIBURCIO, B.; BUAINAIN, M.; DEDECCA, Col. **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. IICA (Brasil), 2013.

## APÊNDICE A

## 7.1 APÊNDICE A –ROTEIRO DE ENTREVISTA

**ANALISAR A GESTÃO DOS RECURSOS DO PRONAF E AS CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DAS PROPRIEDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS-PR****ROTEIRO DE ENTREVISTA****CARACTERÍSTICA DA PROPRIEDADE**

1- Condição legal do(a) produtor.

- Produtor (a) individual
- Casal (quando os dois forem responsáveis pela direção)
- Cooperativa
- Sociedade anônima (S/A) ou por cotas de responsabilidade limitada (Ltda)
- Instituição de utilidade pública
- Governo (Federal, Estadual ou Municipal)
- Outra condição. Qual? \_\_\_\_\_

2- Qual o tamanho da propriedade onde são desenvolvidas as atividades produtivas?

- Própria \_\_\_\_\_
- Arrendada para outro produtor \_\_\_\_\_
- Arrendada de outro produtor \_\_\_\_\_

3- Qual é a principal atividade produtiva desenvolvida na propriedade?

Produtos	Quantidade produzida por ano	Área que é destinada a produção
Soja		
Milho		
Trigo		
Frutas		
Leite		
Suínos		
aves		
Outra. Qual?		

4- Qual a finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento?

- Consumo próprio do produtor e de pessoas com laços de parentesco com o (a) mesmo(a).
- Comercialização da produção, escambo ou troca.

5- Como é formado a renda na propriedade? (Enumerar em ordem de participação %)

Venda de produtos agrícolas	
Venda de produtos pecuários (derivados)	
Venda de produtos artesanais/agroindustriais. Quais?	
Atividade agrícola fora da propriedade. Remunerada	
Aposentadoria, pensões	
Alugueis/arrendamentos	
Atividades não agrícolas fora da propriedade/serviços. Qual?	
Outra. Qual?	

6- Nº de pessoas envolvidas nas atividades?

Da família:

Contratadas:

Temporário:

7-Possuem tratores, implementos, máquinas e veículos no estabelecimento? Quais?

- Tratores
- Semeadeiras ou plantadeiras
- Colheitadeiras
- Adubadeiras ou distribuidores de calcário
- Caminhões
- Utilitários
- Automóveis
- Motocicletas
- Não existem tratores, implementos, máquinas e veículos.

8-O estabelecimento recebe orientação e assistência técnica especializado em agropecuária?

- Sim
- Não

9- Qual a origem da orientação e assistência técnica recebida?

- Governo (Federal, Estadual ou Municipal)
- Cooperativa
- Empresas privadas de planejamento
- Organização não-governamental-ONG
- Outros

10- O produtor possui DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF)?

- Sim
- Não

11- O(a) produtor(a) é associado (a) a cooperativa ou entidade de classe?

- Cooperativa de produção/comercialização. Qual? \_\_\_\_\_
- Associações/movimentos. Qual? \_\_\_\_\_
- Produtores. Qual? \_\_\_\_\_
- Entidades de classe-sindicato. Qual? \_\_\_\_\_
- Associações. Qual? \_\_\_\_\_

## GESTÃO

12- Sexo

- Masculino
- Feminino

13- idade \_\_\_\_\_

14- Quem faz a direção/gestão dos trabalhos do estabelecimento:

- Produtor (a) titular diretamente
- Casal (codireção)
- Produtor (a) titular através de um(a) encarregado (a) ou pessoa com a qual tenha laços de parentesco
- Administrador (a)
- Produtores(as) (explorações comunitárias)
- Outra pessoa
- Outra condição, qual?

15- Qual o curso mais elevado que frequenta ou frequentou:

- Nunca frequentou escola
- Classe de alfabetização-CA
- Alfabetização de jovens e adultos-AJA
- Regular do ensino fundamental
- Regular do ensino médio ou 2º grau
- Superior de graduação
- Mestrado ou Doutorado

16- De que forma obtém informações técnicas?

- Televisão
- Rádio
- Internet
- Revistas
- Jornais
- Reuniões técnicas/Seminários
- Outra Forma
- Não obtém informações técnicas

17- Como ocorrem as tomadas de decisão na sua propriedade? Com base em que são tomadas as decisões?

18- Realiza registro de aquisições, gastos e despesas?

- Anoto todas as receitas e despesas para saber onde gasto meu dinheiro e onde vem as receitas.
- Gostaria, mas não sei como fazer
- Já comecei, mas acabo esquecendo de anotar algumas despesas.
- Nunca fiz anotações
- Não acho necessário realizar controle

19 - A propriedade possui algum controle de custo da produção?

- Sim
- Não, possui

Qual? Como?

20 - A propriedade possui algum controle do volume comercializado?

- Sim
- Não

Qual?

21 - Como é realizado o controle de custos na propriedade?

- Anotações em caderno
- Possui sistema para acompanhamento
- fluxo de caixa
- Outros, cite\_\_\_\_\_

22 - As atividades produtivas são financiadas?

- Sim, precisa do recursos para custear a atividade.
- Sim, para garantir o seguro da produção em caso de intempéries.
- Não são financiadas

23 - Você faz um planejamento na propriedade?

- Sim
- Não.

Como?

Por quê?

24- O que você considera importante para a viabilidade de sua propriedade?

## **FINANCIAMENTOS**



25 - Obteve financiamento, empréstimos e garantias de preços? Se sim qual a finalidade do financiamento?

- Investimento
- Comercialização
- Custeio
- Manutenção
- Não obteve financiamento

26- Os recursos são provenientes ou parcialmente de programas governamentais de financiamento? Se sim, qual ?

- PRONAF
- Implantação e instalação de assentamento (INCRA)
- Programa Terra Forte e Terra Sol
- Programa de Apoio a Projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais
- Programa Fomento
- Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP)
- Outro programa (Federal, Estadual ou Municipal)
- Nenhuma das opções.

27- O que te levou a fazer a contratação do PRONAF?

28- Há quanto tempo vem acessando créditos no PRONAF?

- Menos de 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- Mais de 10 anos

29- Qual foi a última vez que obteve crédito do PRONAF?

- Nunca obtive crédito do Pronaf
- Há um ano
- Há dois anos
- Há três anos ou mais

30- Qual o tipo de PRONAF contratado?

- Nunca contratou crédito Pronaf.
- PRONAF Custeio .
- PRONAF Mais Alimentos-Investimento.
- PRONAF Agroindústria.
- PRONAF Agroecologia.
- PRONAF Eco.
- PRONAF Floresta.
- PRONAF Semiárido.
- PRONAF Mulher.

- PRONAF Jovem.
- PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares.
- PRONAF Cota-Parte.
- Microcrédito Rural.

31- Quais foram as melhorias implementadas em sua propriedade, após a contratação do PRONAF investimento?

- Implementos agrícolas (pulverizadores, motores estacionários, etc.)
- Tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares.
- Tanques de expansão, resfriadores, ordenhas, etc.
- Animais de alto padrão genético (reprodutores ou matrizes).
- Construção de silos, galpões, celeiros, abrigos, cercas e estrebarias.
- Outras melhorias.
- Não propiciou melhorias ou nunca contratei.

32- Quais foram as melhorias obtidas em sua propriedade, após a contratação do Pronaf custeio?

- Aquisição de sementes.
- Aquisição de insumos (calcário, defensivos, etc.) para correção de solo e aumento de produtividade.
- Aquisição de insumos (vacinas, vermífugos, minerais, etc.) que permitam a
- Qualidade da saúde dos animais preservando sua produtividade.
- Outras melhorias.
- Não propiciou melhorias ou nunca contratei.

33- Você considera que o valor concedido foi suficiente para as necessidades de sua atividade agropecuária?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Em caso afirmativo, o que mudou?

Em caso negativo, quais são as necessidades não atendidas?

34 -Após a utilização do crédito do PRONAF os resultados da sua produção aumentaram?

- Sim
- Não

35 - No período de utilização do crédito do PRONAF, houve mudanças na propriedade e na vida da família, essa é atribuída ao PRONAF?

( ) sim ( ) não ( ) em parte

Em caso afirmativo, o que mudou?

Em caso negativo, por que você acha que não houve mudança?

36 - A renda após utilização do crédito rural do PRONAF:

- Aumentou
- diminuiu

- não alterou

37- Com relação a utilização do recurso, você utilizou ou utiliza algum mecanismo de registro de informações que o auxilie no controle dos recursos disponíveis?

38- Quais foram os pontos favoráveis na contratação do crédito do PRONAF?

39- Em sua opinião, existem dificuldades de acesso ao crédito?

( ) Sim ( ) Não ( ) Desconhece

Se sim, quais as maiores dificuldades encontradas? (Em ordem de importância).

- Inadimplência  
 Burocracia  
 Demora para liberação  
 Prazo de pagamento  
 Juros muito altos  
 Exigência de garantias  
 Falta de informações  
 Falta de projeto  
 Falta de recursos  
 Outras. Quais: \_\_\_\_\_

40- Teve alguma dificuldade para pagar o(s) empréstimo(s) obtido(s) pelo Pronaf?

- Sim  
 Não  
 Não paguei nenhuma operação até o momento

41- Caso a resposta seja "sim", quais foram as dificuldades que influenciaram a questão de inadimplência? (Em ordem de importância).

- Baixa produtividade  
 Problemas climáticos  
 Custo de produção  
 Imprevistos na família  
 Má aplicação dos recursos  
 outro. Qual?

42- Na sua avaliação em que aspectos o PRONAF deve mudar?

- não deve mudar  
 deve aumentar o valor do crédito  
 deve diminuir os juros  
 deve diminuir a burocracia  
 deve ter mudanças no prazo de pagamento  
 dever ter menos exigências de garantias  
 outro. Qual? \_\_\_\_\_